



04 outubro 2016 - 17:56

[f Compartilhar](#) [data-lang="pt">Tweeta](#) [Imprimir](#)

Judiciário e MP fazem ato em Porto Alegre em defesa da cidadania

Ato ocorreu em simultâneo, em vários estados, e antecipou uma mobilização nacional

Poder Judiciário e do Ministério Público (MP) uniram forças para denunciar o que entendem ser uma retaliação do Congresso Nacional e do governo federal à independência da magistratura e dos promotores. Magistrados, procuradores e promotores realizaram um ato público, na tarde desta terça-feira, em Porto Alegre, para denunciar a situação à sociedade.

No evento, realizado no auditório da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), foi lida e distribuída uma carta em defesa da cidadania, do MP e do Poder Judiciário, assinada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Rio Grande do Sul (Frentas-RS). O ato ocorreu em simultâneo, em vários estados, e antecipou uma mobilização nacional marcada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) para esta quarta, em Brasília.

“O poder de investigação do Ministério Público e o combate à corrupção feito pelo Judiciário estão ameaçados”, destacou o presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer. Os organizadores do ato citaram o Projeto de Lei (PL) 280/2016 (do abuso de autoridade), que tenta “acabar com a liberdade de investigar e aplicar a lei”. Juizes e promotores apontaram que, se o PL for aprovado, investigações importantes como as deflagradas pela Operação Lava-Jato não poderão ocorrer.

De acordo com o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região (Amatra IV), o juiz Rodrigo Trindade de Souza, é muito importante que o ato tenha sido realizado na véspera do aniversário da Constituição de 1988.

“Precisamos denunciar estes ataques à crescente atuação do Poder Judiciário”, explicou Trindade.

Segundo ele, sem o Poder Judiciário independente se enfraquece a cidadania. “A proposta do ato é denunciar e mostrar para a sociedade a retaliação à atuação destas instituições. A nossa luta principal é pela independência e queremos o apoio da sociedade. Estamos unidos e atentos”, disse Schäfer.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Luiz Felipe Silveira Difini, o risco de retrocesso é grave. “É necessária a nossa luta”, ressaltou Difini. Conforme o presidente da Associação dos Juizes Federais do Estado do Rio Grande do Sul (Ajufers), Gerson Godinho da Costa, não se relativiza a independência judicial. “A independência do Poder Judiciário é algo que se assegura em defesa da cidadania, é um direito fundamental da população”, expôs Godinho.

De modo geral, a categoria critica os cortes orçamentários e a falta da recomposição do subsídio. “Praticamente todas as categorias nacionais tiveram esta recomposição”, pontuou Trindade.



Fonte: Jessica Hübler/Correio do Povo



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

4/10/2016 21:23

Renan garante estar tranquilo quanto a julgamento, mas alerta sobre caso com jornal

4/10/2016 21:20

PEC sobre reforma pode ser votada em 8 de novembro no Senado

4/10/2016 21:14

Maia defende PEC do TSE sobre gastos e marca votação para segunda-feira

4/10/2016 21:02

Greve dos bancários pode durar 30 dias amanhã com a greve em Porto Alegre

4/10/2016 20:49

Fale com a Guaíba
WhatsApp ou
(51) 9388.7

Enquete

Você acha que o Interneta está sendo rebaixado?

- Sim
- Não

[Vote](#)
[Resultados](#)